



Tiago Brandão Rodrigues

- Qual a sua posição sobre o projecto de prospecção e exploração de lítio na Serra d'Arga e noutros pontos da geografia alto-minhota?

A situação de emergência climática que vivemos e a necessidade de encontrarmos formas alternativas ao carvão para a produção de energia têm levado à aceleração e potenciação da utilização de energias renováveis e Portugal tem sido um exemplo a nível mundial. Fomos o primeiro país do planeta a assumir o objetivo da neutralidade carbónica em 2050 e, segundo a Comissão Europeia, somos o país da União que mais avançou nesta matéria. Nesse sentido, temos vindo a incrementar a utilização de baterias elétricas com várias funcionalidades, nas quais se destaca o forte incremento de produção e venda de veículos movidos a eletricidade. Para que estas e outras baterias possam existir, sabemos que uma das soluções são as células de lítio, sendo o lítio um minério que precisa de ser extraído da natureza. Este é, por isso, um debate sobre o que queremos fazer no contexto da transição climática, mas é também um tema de discussão económica pura, tendo em conta a dependência que temos de outros mercados de onde importamos lítio.

O que o Governo se propõe fazer é potenciar uma fileira industrial de criação de baterias de lítio que incorporem inovação, auxiliem o país no processo de descarbonização e aumentem a independência energética de Portugal. Sendo assim, é difícil, no atual contexto, que portugueses preocupados com a economia, com o ambiente e com o futuro das próximas gerações, não vejam nesta proposta uma oportunidade. Neste contexto, sabendo-se que Portugal é um dos países de toda a Europa com maiores reservas de lítio, a obrigação do Governo é mesmo a de saber onde estão essas reservas, qual a dimensão das mesmas, e, de forma central, que impactos terá a pesquisa, a prospecção e a exploração de lítio e qual o contexto específico em que esta ação do homem decorre no território, ou

seja, ponderar o peso do valor económico da exploração mineira em contraponto com o impacto ambiental e direto que tem na economia e nas pessoas de uma determinada localidade.

É isso que está a acontecer neste momento. A Direção Geral de Energia e Geologia determinou a realização de um Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio que abarca oito áreas em todo o país, o documento esteve em Consulta Pública, teve centenas de participações e cabe agora aos especialistas, com base no relatório e tendo em conta as diferentes participações, decidir, desde já, se em determinados territórios se justifica avançar para a pesquisa de lítio ou não. Chegados aqui, quero ser claro: tendo lido ao pormenor o Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar, tendo estudado os diferentes pareceres das autarquias do Alto Minho, de alguns especialistas e das associações ambientalistas, conhecendo bem – e amando verdadeiramente – a Serra d’Arga e os concelhos abrangidos pela possível pesquisa e prospeção de lítio, não vejo como pode ser possível pesquisar ou explorar lítio na nossa região. Pessoalmente, e longe de esta ser a minha área de estudo, parece-me que o potencial da exploração de lítio na Serra d’Arga é consideravelmente inferior ao valor natural – e até económico - da biodiversidade que comprovadamente existe, ao valor da paisagem, da vivência comunitária, à valia turística do território e ao peso da cultura e das tradições associadas à região. Se a Direção Geral de Energia e Geologia fizer um raciocínio semelhante ao meu, certamente que não haverá pesquisa, prospeção e exploração de lítio no Alto Minho. É esta a minha profunda convicção.

- Concorda com a regionalização?

A regionalização é uma das reformas administrativas que o país não pode continuar a adiar para além do próximo mandato. Sendo um convicto regionalista, entendo que a proximidade é fundamental na gestão do dinheiro público, dá mais critério e maior eficácia no aproveitamento dos recursos. Sobre esta matéria, estou completamente à vontade, tenho provas dadas porque tive em mãos um processo de descentralização de competências de grande dimensão que está a correr genericamente bem. De facto, enquanto Ministro da Educação, fui responsável pela transferência de dezenas de milhares de trabalhadores para a Administração Local, pela alocação de recursos financeiros às autarquias para poderem gerir melhor as suas escolas e ainda me orgulho de ter partilhado com centenas de Câmaras Municipais investimentos em escolas que desesperavam por obras há anos. Um bom exemplo é o trabalho que fizemos no concelho de Caminha, para não ir mais longe, que permitiu as intervenções na Escola de Caminha e na Escola do Vale do Âncora. Agora, cumpre avaliar este processo de descentralização nas diversas áreas e criar condições para que possamos ter uma discussão aberta, clara, sem

preconceitos nem falsidades, sobre o potencial de um processo de criação de regiões administrativas no país, de modo a podermos devolver a voz à população já em 2024, antes das próximas eleições autárquicas. A minha intuição diz-me é que a maioria da população percebe, hoje, o benefício que a criação de entidades regionais de governo pode trazer para cada um dos territórios. Este facto não desobriga os partidos e a sociedade civil de fomentar o debate sobre o tema nos tempos vindouros.

- Quais as principais propostas que apresenta ao eleitorado para o desenvolvimento desta região periférica?

É difícil distinguir apenas algumas medidas dentro dos programas que apresentamos ao distrito - e ao país - mas talvez sublinhe as propostas que permitirão manter os baixos níveis de desemprego no Alto Minho, tendo como foco a continuidade do processo de atração de empresas e o reforço e criação de novas infraestruturas. Gostaria de destacar o rebaixamento do acesso marítimo aos estaleiros navais, a conclusão dos acessos rodoviários ao Porto de Mar em Viana do Castelo e do acesso da A3 ao Parque Industrial de Formariz em Paredes de Coura, a requalificação da N301 e da N202 que unem Valença a Melgaço, a projeção da ligação da A28 em Caminha até ao Nó de Sapardos da A3, a conclusão do estudo de correção do Portinho de Vila Praia de Âncora, lançando a empreitada e a potenciação da construção da Linha Ferroviária de Alta Velocidade que vai ligar o Porto a Vigo, passando por Valença. Mas tenho também que destacar do nosso programa a reabilitação e construção de mais de mil habitações em parceria com os 10 Municípios que assinaram os Acordos ao abrigo do 1º Direito, bem como todas as medidas de combate às alterações climáticas, de apoio à transição digital, de mitigação das desigualdades sociais, de apoio às instituições culturais, desportivas e sociais e de valorização do território. Há muito a fazer e é difícil escolher apenas algumas medidas como essenciais.

- O que é um bom resultado eleitoral no distrito de Viana do Castelo para a sua formação política?

Um bom resultado no distrito é ganhar as eleições, fazer do PS a força política mais votada e elegermos três deputados, contribuindo para uma maioria estável do Partido Socialista que o país tanto precisa num tempo complexo como o que vivemos.